



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CEU Vila Rubi

DATA: 23/11/2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Bom dia a todos.

Na qualidade circunstancial de Presidente (ininteligível) Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 21ª audiência pública.

Por conta da chuva, suspenderei os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos pelo Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Senhores, do lado de fora, temos telões para transmissão ao vivo. Sugiro as acomodações do lado externo, inclusive, para o mínimo de conforto para esse debate que deverá durar duas horas.

Anuncio que estamos com mais de 20 inscritos. Agradeço à Ana Carolina - a Carol - a gestora do CEU, que permitiu esse debate no dia de hoje.

Quero também agradecer à coordenadora da Câmara, Sra. Adela, e toda equipe de nossa comissão que igualmente nos permitiu receber vocês para esse debate qualificado no dia de hoje.

Como realizaremos esse debate? A Secretaria de Direitos Humanos vai apresentar a proposta que foi entregue ao Parlamento, o Projeto de Lei 688 que já tramita na Câmara e foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e, nesse momento, tem como Relator o Vereador Nabil Bonduki.

O Sr. Tomás fará a apresentação e, em seguida, passaremos às falas muito curtas dos Srs. Vereadores e, depois, aqueles com desejo de se pronunciarem o farão a partir das inscrições. Aliás, as inscrições estarão abertas até o final do pronunciamento do Tomás, portanto, enquanto ele estiver fazendo a exposição, as inscrições estarão abertas. Ao final da apresentação, encerramos as inscrições e anuncia o número dos inscritos. Assim, todos terão a noção de quantos inscritos e qual o tempo será utilizado para tanto.

Depois de todos falarem, voltamos à Mesa para uma avaliação do nosso Relator e dos Vereadores presentes. Combinado?

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - O importante é que nas falas - seja do Executivo, seja dos Vereadores e, em especial, na de cada de um vocês - tenhamos o máximo de silêncio e atenção. Afinal, a audiência pública constituiu-se de algo fundamental que é escutar a opinião, a crítica e as sugestões da sociedade. Sem isso, não há participação ativa no processo de elaboração das leis.

Portanto, peço a cada um e a todos vocês que, ao chegar alguém ao microfone, precisamos de um pacto de silêncio de todos os demais. Ao final do pronunciamento, pode haver manifestações e aplausos para que se reforce a importância do que cada um falou. Mais uma vez: combinado?

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tomás, está com você.

O SR. TOMÁS - Obrigado, Vereador. Bom dia. Farei uma apresentação rápida para reforçar o debate para que todos possam otimizar o tempo.

Resumidamente, o que está nesse projeto de lei do Plano Diretor foi discutido, praticamente, ao longo de todo o ano de 2013, com várias rodadas de discussões e muitas participações em audiências públicas, oficinas e reuniões com vários segmentos, para que, assim, pudéssemos incorporar a maior parte das propostas que chegaram ao Executivo.

E isso tudo é importante porque o Plano Diretor tem como objetivo resolver os problemas da Cidade, principalmente os que não conseguimos resolver em uma semana, em um ano e nem em uma gestão. São aqueles problemas para os quais precisamos de algumas gestões, ou seja, precisamos de uma sequência de ações que não parem de um governo para outro, mas que continuem.

Por isso, é fundamental todo esse processo promovido pelo Executivo: de diálogo, de recepção de propostas e também aquele promovido pela Câmara Municipal que incluiu 46 audiências públicas no sentido de aprimorar esse instrumento. Será um instrumento da Cidade e que possamos cobrar esse e os próximos governos pela execução efetiva do Plano Diretor.

Qual é a estrutura desse projeto de lei? Vocês receberam um jornalzinho que expõe todos os artigos do projeto. Primeiro, ele estabelece os princípios e objetivos que regem o Plano Diretor Estratégico e, em seguida, colocamos uma ênfase grande nos direitos à cidade, na função social da propriedade, nos objetivos que permitirão reduzir as desigualdades, sociais e territoriais, na cidade de São Paulo

A ordenação territorial é onde colocamos as regras do jogo sobre a produção da Cidade, onde pode ou não pode construir mais; onde tem de construir moradia popular; onde tem de ter preservação ambiental.

É evidente que esse tipo de ordenamento traz em si uma série de conflitos. Muitas vezes esses conflitos são legítimos entre si. E é importante ter todo esse processo para que possamos mediar esses conflitos e chegar a um consenso que possa permitir, por exemplo, o que vemos na zona Sul: a compatibilização, ou seja, atender, ao mesmo tempo, habitação - principal questão, e muito forte, que tem surgido na Cidade, seja pelos movimentos de habitação, seja pelo fato de cada três paulistanos, um tem um problema habitacional, seja o fato de não ter onde morar, ou morar em condições outras, como numa favela, num assentamento precário ou numa área irregular - mas perto de água - e na zona Sul há a área da represa de mananciais.

Então precisamos garantir que a população tenhamos abastecimento de água. Portanto, precisamos preservar o meio ambiente e a qualidade da água necessária para nossas vidas e necessária também para as próximas gerações, para nossos filhos e netos.

É esse tipo de conflito que, às vezes, parece contraditório, mas que acreditamos ser possível chegar a um consenso. Esse processo de participação tem também como objetivo fazer esse pacto.

Depois temos as ações prioritárias. O que é prioritário para esse governo e para os próximos no sentido de atender a Cidade.

E, finalmente, a parte talvez mais importante: as regras do jogo da gestão democrática da Cidade. Quais são as instâncias e os mecanismos de participação que temos para, de fato, a participação popular se efetive e se alcance a Cidade planejada, aquela planejada por nós agora?

- Apresentação de vídeo.

O SR. TOMÁS - Temos aqui todo um macrozoneamento da Cidade. O grande objetivo desse Plano Diretor é que a Cidade possa ao invés de crescer para fora, para longe do Centro, que as habitações continuem se expandindo em áreas de até 30 ou 40 ou 50 quilômetros do Centro expandido - de onde estão os equipamentos, as oportunidades de emprego e de trabalho, e a infraestrutura de transporte - que ela possa, agora, crescer para dentro. Para que todo *déficit* habitacional, por exemplo, possa se dar com boa infraestrutura urbana, com presença de equipamentos.

E isso permite, por outro lado, que preservemos as áreas ambientais e garanta o interesse de toda a Cidade, qual seja, relacionado à qualidade do ar, as áreas de lazer e, sobretudo, à água potável para que a Cidade e todos possam se manter.

Então essa área vermelha colocada aqui e que abrange desde a Represa - próxima de onde estamos - e passa por todas as marginais, pela área da Mooca e pela área central e vai até a zona Leste, a Jacu-Pessegueo é a área onde o Plano Diretor pretende promover Habitação de Interesse Social e desenvolvimento de oportunidades de trabalho. Daí cria uma série de instrumentos para que isso aconteça.

Ao mesmo tempo, se queremos povoar essas áreas que hoje têm infraestrutura e estão ocupamos, precisamos garantir também nas bordas da Cidade a transformação dos ecossistemas e das áreas naturais, importantes para nossa vida com dignidade.

Então nesse contato temos a Macroárea de Redução da Vulnerabilidade, é uma macroárea que receberá, prioritariamente, os investimentos em infraestrutura e equipamentos públicos. É a área mais periférica da Cidade, é a área que tem contrato com a Guarda Ambiental.

Depois tem essa parte toda das Zonas Especiais e isso inclui uma área importante, sendo duas delas especiais fundamentais: ZEIS - Zona Especial de Interesse Especial. Vale dizer que estamos ampliando a área de ZEIS na Cidade em 20% e elas são importantes porque marcam, dentro da Cidade, localidades que têm boa infraestrutura e a obrigação de que só se construa, ali, Habitação de Interesse Social.

O importante é essa ampliação de 20% nas ZEIS porque é isso que garantirá, efetivamente, - e é fundamental que seja aprovado e tenha essa conotação - a permissão de Habitação Social na Cidade não só em áreas que se entendam assim para o futuro, mas, principalmente, nas áreas centrais e nas áreas mais valorizadas pelo mercado.

E, depois, para compatibilizar também a preservação ambiental são as Zonas de Proteção Ambiental e as Zonas de Recuperação Ambiental que tenham como objetivo preservar as áreas que existem e também recuperar e compatibilizar ações de regularização de favelas, regularização fundiária, dentro dessa ação de recuperação ambiental.

Vejam aqui o mapa das ZEIS, áreas importantes ao longo da Cidade. E também seus parâmetros, tudo que se pode construir em cada uma das ZEIS.

É importante que as ZEIS-4 que são ZEIS exclusivamente nas áreas de preservação e proteção aos mananciais. São áreas destinadas dentro do índice de habitação de zero a três. E depois a seis salários mínimos têm 80% exatamente porque têm como objetivo manter as pessoas que já moram nas áreas de mananciais e que possam, agora,

ocupar essas áreas, mas com bons parâmetros de urbanização, com saneamento básico, iluminação elétrica, luz, água etc.

Essas áreas de ZEIS-4 são importantes para garantir a quem mora na zona Sul possa continuar morando nessas áreas ambientais, mas com qualidade urbana melhor.

Em seguida vemos a parte dos corredores, os eixos de transformação urbana. Esse Plano Diretor coloca a mobilidade como uma das questões prioritárias junto a habitação. Estamos ampliando a rede de corredores: 150 quilômetros para o fim dessa gestão; depois, quase 500 quilômetros ao término do Plano Diretor. Assim, poderemos perder menos tempo da nossa vida no caminho de casa para o trabalho, de casa para a escola.

Só que é importante fazer esses corredores e vejam: estaremos recebendo do PAC investimentos (ininteligível) para a ampliação dos corredores urbanos e de mobilidade urbana. É importante que consigamos garantir que as pessoas morem perto desses corredores e, assim possam, de fato, ter oportunidades para marcar áreas de habitação social nos corredores.

É por isso que, além desse objetivo de crescer para dentro, a Cidade possa crescer junto com os corredores, garantindo bastante áreas de ZEIS nesses corredores. Assim, a produção de habitacional seja, de fato, intensa nas áreas com boa infraestrutura.

Aqui estão os corredores, para essa gestão, 2016-2020. E daí os coeficientes de índice de aproveitamento do solo que venham permitir que se construa mais e que possamos combater a ociosidade urbana ao longo desses anos.

Algo também importante no Plano Diretor - e um grande objetivo dele - é a redução das desigualdades e o combate à ociosidade dos terrenos, bem como a especulação em áreas que têm boa infraestrutura. Para isso, o Plano Diretor propõe uma série de instrumentos que vão punir aquele proprietário do imóvel que retém seu imóvel e não o otimiza.

Daí propõe os critérios para considerar um imóvel não edificados, terrenos vazios, inutilizados, prédios já construídos que tenham 80% dos seus apartamentos fechados e vazios, ou seja, esse tipo de imóvel edificado, mas semi-utilizado.

E isso deve acontecer para que possamos aplicar nesses imóveis um IPTU progressivo, entre outros instrumentos que vão punir o proprietário que está retendo ou segurando seu terreno. Poderá ser na obrigação dele de parcelar o terreno e propor uma edificação com ele, ou na possibilidade de punição desse proprietário que não o está utilizando - aplicando-se o IPTU progressivo que vai chegar a 15% do valor do imóvel a cada ano, e isso significa que, em cinco anos, vai comprometer todo o imóvel dele com o IPTU.

Depois podemos ver, nas ações prioritárias, os sistemas urbanos, a estruturação do plano ambiental que crie o Sistema Municipal de Águas Doces e que inclui as áreas de preservação permanente. Essas últimas estão sendo trazidas para esse Plano Diretor refletindo, de certa maneira, o avanço da agenda ambiental na Cidade.

Entre as ações estão o Plano Municipal de Urbanização urbano e a expansão dos parques e áreas verdes.

Vejam nessa área verde escura - próximo à Teotônio Vilela - são as áreas com os parques a serem implementados.

Há ainda a questão do sistema de saneamento. Podemos ver aqui a extensão do saneamento básico prevista no Plano Diretor, o sistema de esgotamento sanitário, as ações de mobilidade. Temos aqui, aliás, uma série de corredores novos sendo previstos para conectar melhor a Cidade e a zona Sul aos polos de desenvolvimento, como as áreas da Jurubatuba. E vemos aqui o sistema de equipamentos sociais, conforme foi prevista a extensão dos CEUs que ainda não o possuem. E, mais do que isso, a articulação dos equipamentos sociais próximos a esse rede para que as pessoas possam, de fato, se integrarem.

As ações habitacionais estão previstas com a implantação de ZEIS e com as ações nas ações de risco - classificadas em níveis diferentes de risco - e que terão tratamento prioritário conforme a possibilidade (ininteligível).

E, finalmente a questão da gestão democrática do Sistema Municipal de Desenvolvimento Urbano, o Plano Diretor reforça as instâncias de participação social, como o Conselho Municipal de Política Urbana. É o conselho que vai tratar das questões mais importantes do desenvolvimento urbano da Cidade. Ele passa a ter participação paritária, ou seja, sociedade e Governo com o mesmo peso nesse conselho. E passa, diferente do anterior, a ter a dotação desses conselhos sendo feita na conferência municipal da Cidade. Então, cada segmento vai poder eleger seus representantes diretamente na conferência municipal da Cidade.

Um outro aspecto importante é a articulação do Plano Diretor com o Orçamento público. A Prefeitura vai elaborar um balanço anual daquilo que fez em relação ao previsto no Plano Diretor, o quanto gastou e o quanto deixou de gastar, o quanto ela investiu. Assim, poderemos acompanhar, anualmente, o andamento do Plano Diretor.

Por último, o Sistema Municipal de Informações. O Plano Diretor está propondo transparência total para os projetos urbanos, para as plantas dos projetos, o que vai ser feito na Cidade, quais são as intervenções previstas e também os números indicadores - os dados - que vão permitir, ano a ano, a avaliação daqueles objetivos apresentados se estão, de fato, dando certo.

A ideia é dar instrumento para a sociedade para que ela possa cobrar do Governo o andamento daquilo pactuado e que está presente no Plano Diretor Estratégico. Estamos instrumentalizando, dando instrumentos, para que vocês possam, ao longo dos próximos anos, cobrar do Poder Público as ações previstas e identificadas no Plano Diretor.

Em geral era isso que gostaria de ter dito. Estou à disposição e podemos avançar nos tópicos mais específicos. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Como tínhamos pactuado inicialmente, vou anunciar o número de inscritos: são 28 e, antes de lhes passar a palavra, concederei um tempo aos Srs. Vereadores que nos acompanham. Ricardo Nunes, por favor, nosso primeiro Vereador.

O SR. RICARDO NUNES - Muito obrigado. Bom dia a todos. O mais importante é que todos estejam aqui. Dias atrás, estivemos numa audiência pública, sobre o Orçamento, nesse mesmo espaço e havia apenas 60 pessoas. Foi uma participação muito pequena para um assunto tão importante, como o Orçamento da Cidade.

Mas, hoje, nessa audiência pública para discutir o Plano Diretor, quero dizer que estou feliz pela grande participação, pois é muito importante às pessoas dizerem o que desejam, e saber como as coisas funcionam. A participação popular é fundamental.

O Plano Diretor tem bastante ênfase na questão da habitação. Podemos ver que na nossa região há os maiores investimentos na área de habitação. Também receberá vários investimentos no que tange à mobilidade urbana. Tenho a percepção que conseguiremos avançar bastante e que essa região vai melhorar. Essa região ficou muito tempo esquecida, abandonada, sem nenhum investimento de habitação, nem de transporte e tampouco outros setores.

Paralelo à questão da habitação, e isso me preocupa bastante - e vocês viram aqui - é a mobilidade. A ideia é que as pessoas trabalhem e se locomovam de forma maximizada. Quero chamar a atenção do Executivo no sentido de que, na Câmara temos discutido o transporte hidroviário e no Plano Diretor, no 186, onde há regiões como o Cantinho do Céu, Cocaia, Gaivotas, as pessoas têm de sair e pegar a Belmira Marin para se dirigir para Socorro.

Nessa proposta do transporte hidroviário daria para chegar no Socorro em dez minutos, partindo da estação da CPTM lá.

Há várias ações que sugerimos, mas não ficaremos falando muito tempo, e nosso objetivo é mais ouvir vocês do que nós falarmos, mas tem algumas coisas importantes que, durante o dia, iremos abordando.

Muito obrigado, parabéns por estarem aqui. Vocês não têm ideia do quanto isso é importante. Quero deixar um abraço para o Edgar. Tem uma coisa importante sobre a Capela do Socorro que é o coordenador do CPDU, engenheiro que tem conhecimento muito grande em HIS - Habitação de Interesse Social. Tenho certeza de que poderá nos ajudar.

- Qualidade da gravação incompatível. Transcrição prejudicada.

O SR. RICARDO NUNES - Um bom trabalho. É um primeiro passo para o desenvolvimento da região. Bom dia a todos.

- Manifestação na plateia

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço o Vereador Ricardo Nunes e também um obrigado especial aos coordenadores do CPDU. Já anunciar o Edgar, mas a Loide também está aí. Está? (Pausa) Sim. Obrigado pela presença.

Quero anunciar também e agradecer as presenças de: Maria Cipriana, Presidente da União das Favelas do Grajaú; Eduardo dos Santos, da Associação Comunitária Vila Natal, o Dino, Diretor do Movimento Garça Vermelha; o Moacir, Presidente do Conselho do Instituto Eco Estudantil; o João Santos Oliveira, Presidente da Associação dos Moradores da Vila Tupi; a Jackson Pereira, representante do Deputado Estadual Orlando Bonsoni; ao Amauri, assessor parlamentar e representando a equipe do Vereador Goulart.

O SR. NABIL BONDUKI - Permita-me cumprimentar o Comandante Trapiá, da Guarda Civil Metropolitana, o inspetor Clóvis, em nome dos quais cumprimento todos nossos representantes da Guarda Civil Metropolitana, instituição importante da nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Claro, obrigado. Estão anunciados, são os nomes que o cerimonial trouxe para nós. Por favor, qualquer outra pessoa que queiram

anunciar, tragam à Mesa para que possamos mostrar as representações das organizações que nos acompanham no dia de hoje.

Passo a palavra, nesse momento, ao nosso Relator, representante dos 55 Vereadores, escolhido pelo Presidente da Comissão Andrea Matarazzo para dirigir os debates. É o nosso Vereador, arquiteto e professor Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI - Bom dia a todos. É um grande prazer estar aqui. Sou da zona Sul de São Paulo. É uma região onde comecei minha atividade profissional, atividade de assessoria na área de habitação, exatamente aqui, na zona Sul. Foi há 30 anos, mais ou menos, quando trabalhamos em alguns projetos de habitação. A região estava muito menos ocupada do que está hoje.

É um grande prazer estar aqui com vocês nesta audiência pública do Plano Diretor de São Paulo.

O Vereador Police tem dito que eu sou o relator deste Projeto de Lei. Eu quero explicar para vocês o que é o relator de um projeto e o porquê fazermos 45 audiências públicas.

Este projeto que vocês receberam impresso foi enviado pelo Executivo. A Prefeitura foi que elaborou este projeto de lei sobre o Plano Diretor de São Paulo. Este projeto precisa ser aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo, que representa os vários segmentos da sociedade.

O Estatuto da Cidade, que é a nossa lei máxima, uma lei federal, determina que todas as cidades tenham seus planos diretores, principalmente aquelas com mais de 20 mil habitantes, e determina que esses planos diretores sejam aprovados pelas câmaras. O Plano Diretor não é um projeto de governo. É um projeto de longo prazo que vai orientar a ação dos vários governos que vão se suceder.

Então, temos um horizonte temporal. Este Plano Diretor é uma proposta para no mínimo 10 anos. O Estatuto da Cidade determina uma revisão de no mínimo em 10 anos.

Vamos estabelecer no substitutivo deste Plano Diretor o seu horizonte temporal, provavelmente para 12 ou 16 anos. Isso ainda está em discussão.

Esse Plano Diretor vai orientar o desenvolvimento da Cidade por esse período, por isso tem de ser um plano com grande acordo da sociedade em prol do nosso futuro, do futuro do Município de São Paulo.

O nosso objetivo é fazer com que esse projeto consiga expressar aquilo que desejam os diferentes segmentos da sociedade. O meu papel e o da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente é de ouvir vocês todos nas várias Subprefeituras. Esta é a 21ª audiência pública do Plano Diretor. Estamos fazendo Subprefeitura por Subprefeitura e também reuniões temáticas por temas específicos.

Tivemos uma grande audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo sobre habitação, na semana passada, dia 14. Quem esteve presente?

- Manifestação na galeria.

O SR. NABIL BONDUKI - Naquela audiência pública estiveram presentes quase três mil pessoas. Esta é a 21ª audiência pública. Estamos na relatoria do Plano Diretor, na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente com o apoio da Presidência. Estamos registrando todo este trabalho.

Hoje está presente a televisão da Câmara, que está transmitindo ao vivo, e está sendo feita a transcrição de tudo o que é falado para ver se está de acordo com o projeto ou em desacordo, o que está sendo proposto para adicionar ou modificar o texto de modo que possamos construir um projeto substitutivo.

O que é um projeto substitutivo? É um projeto que substitui este, embora guarde relação com este. É um mesmo tema, um mesmo assunto, mas poderá modificar aspectos importantes, detalhar, especificar, introduzir questões que não estão colocadas, tirar outras, mudar alguns perímetros. Então, esse é o nosso papel e é por isso que estamos fazendo esta grande escuta com a sociedade.

É claro que isso vai passar por uma análise técnica, já está passando. É uma análise que tem de ser feita pela Comissão, pela nossa assessoria. Temos uma equipe de assessoria que também está nos apoiando porque o projeto é complexo. Tem de ser feito em diálogo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e outras secretarias como as de Habitação, Meio Ambiente, Transporte, que são assuntos que estão diretamente relacionados com este tema. Temos de construir um projeto que articule essas áreas.

Quando falamos de desenvolvimento urbano, estamos falando de uma proposta que articula os problemas. O problema da habitação é muito importante. Eu sei que muitos dos presentes estão preocupados com habitação, mas temos de ter a preocupação com os outros temas que são articulados com esse, como meio ambiente.

Aqui, por exemplo, temos uma região de mananciais, 25% da população da Região Metropolitana de São Paulo significa quase cinco milhões de pessoas que consomem a água da Represa de Guarapiranga. Temos de considerar a questão da mobilidade porque estamos em casa e chegamos do trabalho. Portanto, essa questão é fundamental.

O Plano Diretor articula essas propostas para que daqui a 15 anos a gente tenha uma Cidade melhor do que a que temos hoje. Temos alguns objetivos no Plano Diretor e vou enfatizar alguns temas importantes.

A Cidade cresceu muito, inclusive em regiões de mananciais, por falta de alternativa habitacional em regiões melhor localizadas da Cidade, mais próximas do emprego. Os empregos são muito concentrados no chamado Centro Expandido. 65% dos empregos estão concentrados em seis Subprefeituras, só seis, onde existem apenas 14% dos moradores. Então, isso força uma mobilidade exagerada na cidade e vocês sabem a dificuldade que é sair daqui do Grajaú, da Capela do Socorro, da Cidade Adhemar e atravessar a ponte e ir aonde está concentrado os empregos.

Temos de ter uma proposta para o futuro da Cidade que consiga compatibilizar as necessidades de habitação com as outras questões urbanas que estão colocadas e são importantes para a Cidade.

O papel do Plano Diretor é ser um instrumento que orienta o desenvolvimento da Cidade para o futuro e que ao mesmo tempo olha o problema social, como é o problema da habitação, dos equipamentos sociais e da mobilidade.

Temos de estruturar a Cidade para que ela possa funcionar melhor a um custo mais baixo. Por que quando a gente pega um ônibus de Parelheiros e vai ao Centro, quem está fazendo o deslocamento está consumindo não só seu tempo e energia, mas também está custando mais para o sistema de transporte coletivo.

Portanto, quanto menos tempo a gente precisar ficar no transporte, além de ser melhor para nós, como usuários, é melhor para o sistema, pois o custo do sistema fica menor. A Prefeitura, hoje, subsidia muito o transporte coletivo.

Vamos construir a melhor proposta para poder responder as necessidades da população, ouvindo a população de todas as áreas da Cidade: a população que está em situação de falta de habitação; a população que está em condição boa de habitação e que não quer perder a qualidade; a população que hoje demanda regularização fundiária, que é um problema grave nesta região. Precisamos olhar esse problema da regularização compatibilizando-o com a questão ambiental.

Então, temos um caminho para trilhar daqui até a finalização deste projeto. Essa possibilidade de ouvir a população é muito importante.

Além de falar aqui, vocês também têm na nossa secretaria uma carta onde vocês podem anotar as propostas de modificação que querem fazer, levar para casa para anotar, com mais tempo, com porte pago pela Câmara. Basta colocar na caixinha dos Correios, ou levar a uma das agências dos Correios, que chegará à nossa comissão, para ser analisado. Vocês

também podem entrar no site da Câmara, no www.camara.sp.gov.br e registrar as suas propostas.

Quero deixar claro que não é porque fez a proposta, não é porque falou aqui, que automaticamente entra no texto, porque tudo tem que ser compatibilizado com as outras propostas mediante uma análise técnica. Portanto, há a necessidade de compatibilizar todas essas opiniões.

O espaço para a participação está dado. Vocês terão uma resposta para tudo aquilo que propuserem. Se não entrar, será justificado o motivo para isso; se entrou participou, vai haver justificção sobre por que entrou apenas parcialmente; e se entrou totalmente vai estar justificado por que entrou e por que foi considerado e incorporado.

Esse é um esforço grande da Câmara para fazer um Plano Diretor melhor para a cidade, com participação da sociedade, da comunidade, dos movimentos e da gente que luta por uma cidade melhor.

Passarei a palavras às 28 pessoas que se inscreveram para participar.

Obrigado. (Palmas)

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Anuncio a presença do Sr. Diego Lustre Gonçalves, gestor da APA Bororé; da Sra. Simone, da Divisão da Unidade de Conservação da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente; e do Sr. Valmir de Sena, que preside a Associação dos Sem Casa da Zona Sul. Anuncio a presença do Presidente da Câmara Municipal, o nobre Vereador José Américo, que irá compor a mesa.

Como o nosso Relator falou, temos 28 pessoas. Mas quero lembrar a vocês que esta audiência pública é regional. Portanto, foram convidados para esse debate os subprefeitos e a população das Subprefeituras de Capela de Socorro, Cidade Ademar, Parelheiros, Santo Amaro, Campo Limpo, M'Boi Mirim, Ipiranga, Jabaquara e Vila Mariana. Essa é a abrangência territorial desta audiência. E isso não tira a responsabilidade que assumimos de realizar uma audiência pública em cada uma das subprefeituras.

Ontem aconteceu a autorização de Jabaquara; amanhã acontecerá a de Cidade Ademar; e na segunda-feira será realizada a de M'Boi Mirim. No site da Câmara - www.camara.sp.gov.br - tem todas as audiências públicas que acontecem até o dia 15-16 de dezembro. Até lá, todas as subprefeituras terão a sua audiência pública local. Além dessas, realizaremos as audiências regionais, para permitir um debate ampliado.

O nosso mandato elaborou um impacto do Plano que não vamos apresentar agora. Como temos 28 inscritos, e queremos usar a maior parte do tempo para escutá-los, vamos deixar essa apresentação para o final. Se sobrar tempos, realizamos; senão, faremos questão de apresentar nas reuniões de cada um dos distritos.

A proposta é que cada inscrito use até três minutos. Se quiserem combinar falar mais longas, vocês terão a opção de transferir o tempo para que o outro possa falar mais.

O fundamental é essa leitura de que a contribuição de vocês hoje está sendo recepcionada por três vereadores, mas invade a Câmara inteira. Portanto, o compromisso do nosso Relator é fazer a informação trazidas por vocês, a crítica ou a contribuição, chegar aos 55 Vereadores.

Tem a palavra o Sr. Nivaldo Miranda Gonçalves.

O SR. NIVALDO MIRANDA GONÇALVES - Bom dia. Meu nome é Nivaldo Miranda Gonçalves, morador da Dutra. (Ininteligível) protesto. No meu bairro, eu não reivindico muita coisa porque o meu bairro, graças a Deus, é um bairro bom de se morar. Mas eu sou militante do PT e sou metalúrgico, (Ininteligível). E o que eu vejo coisificação do estado sobre a vida, no total. Eu vejo o estado avançando, mas o ser humano não está sendo protegido pelo Estado. Então o que eu vejo é que se cuida muito de coisas. No meu bairro tem muitos jovens envolvidos com drogas. Não temos assaltos, assassinatos, mas a droga está matando os nossos jovens. E não só a droga, como a prostituição. (Ininteligível)

Então a minha fala é um protesto: para que o Estado (Ininteligível), que o bem maior do cidadão é a vida.

Eu tenho uma fundação (?) teológica, tenho uma visão greco-romana, filosofia de homens que já morreram. Tem o cidadão de primeira, terceira, quarta e quinta classe. E o Brasil é um país que nos vê como um cidadão de quinta classe. Se um norte-americano, que é visto como um cidadão de primeira classe, ou de país de primeiro mundo, pega prisão perpétua ou pena de morte. E um brasileiro simplesmente (Ininteligível) bom comportamento são três anos. Então eu vejo que o estado deve melhorar essa visão. Começar a sermos mais vistos como cidadãos, humanos, porque Deus fala que somos todos iguais. Tudo vai melhorar, tudo isso aqui que está sendo dito, se o estado aproveitar a proposta para (Ininteligível) pessoas dignas e merecedoras, como seres humanos, tudo vai melhorar.

Essa é a minha fala. (Palmas)

A SRA. MARIA DE LOURDES LOURENÇO - Bom dia. Meu nome é Maria de Lourdes Lourenço. É gostaria de falar a respeito do meu bairro, o Jardim Guanabara.

Já fiz duas reclamações, porque o bairro não tem infraestrutura, não tem nada, e eu moro ao lado de um escadão que é só sujeita. Tem uma escola na frente, e atrás dela tem um lixão. Não tem estrutura nenhuma. Eu já fiz reclamações na Prefeitura sobre o escadão do lado de onde eu moro, e nada foi feito. É muita sujeira.

Precisa ser tomada uma providência. (Palmas)

O SR. MAURO - Bom dia a todos, Presidente desta audiência, Vereador Police Neto, Presidente José Américo, Vereador Nabil, Vereador Ricardo Nunes, demais integrantes da mesa.

Quero tentar fazer algumas contribuições.

Primeiro, o Plano fala de um sistema de transporte hidroviário. Entretanto, não faz detalhamento das possibilidades desse transporte hidroviário.

A proposta que eu trago é que se explicita no plano o uso, ou as possibilidades de uso, como citados pelo próprio Vereador Ricardo Nunes, da Represa Billings e Guarapiranga como meio de transporte hidroviário na cidade.

Segundo: o plano excluiu totalmente a questão das Zepams como zona especial. Não cita a zona de proteção de desenvolvimento sustentável, que foram criadas a partir dos planos regionais.

Proposta: colocar de volta o Zepam como zona especial desde já. Os remanescentes de Mata Atlânticas e as várzeas e planícies como as (Ininteligível) e os Zepams. E incluir também as ZPDs.

Na definição das macroáreas de preservação, falar de áreas geotecnicamente várzeas. Mas são (Ininteligível) os parques naturais, o parque, a porção sul da várzea do rio Ibuguaçu. A proposta: incluir toda a várzea do rio Ibuguaçu nessa categoria.

Mais do que isso, queria fazer algumas outras considerações: criação da APA do Jaceguá (?).

Por fim, não poderia deixar de colocar uma questão que está aperreando as pessoas e moram nessa região.

Estamos discutindo o Plano Diretor da cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, tem aqui uma plenária com muita gente demandando moradia. Entretanto, estamos expressando que há uma discussão que está correndo paralelamente, meio que na surdina, enfim, nuns lugares esquisitos, de uma proposta absurda de se colocar um aeroporto em Parelheiros. E pior: estamos vendo um bando de gente, autoridades, inclusive, se mobilizarem para essa proposta de construção de um aeroporto em Parelheiros. Ao mesmo tempo, não vemos essas autoridades se mobilizarem para garantir o direito à cidade, o acesso à moradia, por exemplo, nas áreas centrais - toda aquela área apresentada aqui, que está vazia. Então deixo o nosso protesto e a nossa manifestação: aeroporto em Parelheiros não.

Quero entregar à Mesa, ao Presidente da Câmara e aos representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano um manifesto organizado por nós com relação a essa questão do aeroporto. Manifesto em defesa da população, dos mananciais e da cidade de São Paulo. Aeroporto em Parelheiros, não!

A SRA. SIMONE - Bom dia a todos. Aqui estou representando a APA Capivari-Monos, no extremo sul da nossa cidade, e eu vim com três pontos para o PL do Plano Diretor.

A primeira proposta já foi citada, mas eu gostaria de aprofundar um pouco mais.

Nesse novo PL apresentado, a zona de proteção ambiental perderam a característica de zona especial. E quando se vai falar do direito à cidade, à moradia, à mobilidade, a gente também tem que ter direito à água, ao ar. Então o problema ambiental muitas vezes se revertem num problema social.

Uma área, decretada zona especial, tem normas de uso e ocupação própria. Então é importante (Ininteligível) maior fragilidade ambiental para poder prover recursos naturais humanos. Para isso, elas devem ser consideradas especiais, e isso não está no Plano Diretor.

Segunda coisa: o Plano Diretor cita normas rurais, fala de infraestrutura rural, mas não demarca um território rural. Então, quando você vai regulamentar uma propriedade rural, você tem que ter esquadriado onde é esse território rural. E São Paulo não tem território rural desde o Plano Diretor de 2002, embora tenhamos uma produção rural agrícola, não grande, mas bem significativa. E também temos muitos remanescente vegetal de mata nativa aqui na zona Sul. Então temos uma série de territórios que precisam. E a nossa indicação é que as duas APAs, a Bororé-Colônia e a Capivari-Monos, sejam parte desse território rural e também parte do Jaceguá, onde não tem uma APA, mas tem um parque natural, que é uma zona de amortecimento que abarca quase toda a (Ininteligível) Jaceguá.

O terceiro ponto é o seguinte: quando se fala em agricultura urbana, não se fala diretamente de um sistema de abastecimento alimentar. Então as pessoas, além de todos os direitos que já foram pautados, têm de ter preservados o seu direito à alimentação. E quando se fala em agricultura, ou de um sistema de abastecimento alimentar, você não está falando só de produção, você está falando de produção, comercialização e consumo. E na cidade de São Paulo tem muitos consumidores de alimentos. Então estamos precisamos regulamentar. E a

proposta é que entre no Título II um sistema de abastecimento alimentar que fomente inclusive o incentivo à segurança alimentar e uma série de outras coisas.

O SR. DIEGO LUTRE GONÇALVES - Bom dia a todos. Meu nome é Diego; eu sou (Ininteligível) da área de proteção ambiental da Bororé-Colônia. Chamamos APA Bororé-Colônica. Trago algumas propostas de modificação e de inclusão no projeto de lei do Plano Diretor.

Existia uma fragilidade no termo relativo às áreas de preservação permanente. Sabemos que se trata de áreas de fragilidade ambiental, e ela contempla todos os fundos de vale como as áreas de topos de morros, áreas difíceis de ocupação, de realizar qualquer tipo de atividade pela dificuldade mesmo, por isso tem uma importância ambiental muito grande. A não inclusão no termo Áreas de Preservação Permanente dentro das ações prioritárias nos sistemas ambientais.

No artigo 145 do plano diretor estão inclusos os programas e ações de investimentos dentro das ações prioritárias dos sistemas ambientais, as áreas de Preservação Permanente, seria uma forma de reforça-las e incluí-las com alguma proposta. Sentimos falta de elas estarem dentro de propostas como, por exemplo, um plano de recuperação e conservação das APPs. Elas devem ser inseridas num plano articulado com a prestação de serviços ambientais.

Favorecer a preservação da APP, tanto em áreas privadas como públicas, mas dando alguma contrapartida para estimular essa atividade desonerando o Poder Público. A questão seria em relação às margens do Rio Embu, Rio Vermelho e o Ribeirão Colônia, que fica no braço Itaquaquetuba.

Todos esses ribeirões ficaram de fora da macroárea de recuperação de ecossistemas naturais, que é a área mais restritiva. Por aptidão essas áreas deveriam estar inclusas. O próprio artigo 16 cita que os cursos de água pouco impactados por atividades

antrópicas, a exemplo dessa macroárea, e por isso sugerimos a inclusão dessas três áreas dentro dessa macroárea especial.

Repetindo: O Ribeirão Embu-Guaçu, Ribeirão Vermelho e o braço Itaquaquetuba na frente do Ribeirão Colônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Obrigado, Diego Gonçalves. Tem a palavra o Sr. José Luiz Neto.

O SR. JOSÉ LUIZ NETO - Bom dia a todos. A presença de todos é importante quando falamos do plano diretor. Gostaria de começar por uma coisa muito importante: o Estatuto da Cidade.

Se não fosse o Estatuto da Cidade, lei que norteia e abre possibilidades para a regulamentação e regularização fundiária, principalmente para as pessoas que já estão de posse dos seus terrenos.

Também a importância da habitação de interesse social. São dois assuntos diferentes, as pessoas que já estão de posse das suas áreas e as pessoas que estão pleiteando uma moradia. Isso não fica claro no plano diretor.

Mais uma ressalva, seria muito importante a criação de uma comissão permanente dentro do plano diretor para que pudesse acompanhar e mensurar a regularização fundiária. Estamos falando de três milhões de pessoas passíveis de ter suas áreas regularizadas.

A importância da organização de território, principalmente o de Parelheiros e Marsilac, também de todos os outros territórios, para que se possa realmente fazer justiça social. Os interesses sociais são uma coisa, mas a justiça social é a mais importante de todas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra o Sr. Walmir de Sena, da Vila Natal.

O SR. WALMIR DE SENA - Boa tarde, Srs. Vereadores, Srs. Diretores, há movimentos que começaram há trinta anos, também os que chegaram agora estão aqui brigando por seus direitos. Hoje é fundamental que o povo tenha participação na Administração Pública, porque só falam, falam e não acontece nada.

- Manifestação na plateia.

O SR. WALMIR DE SENA - Comparo a habitação com as creches. A pessoa faz a inscrição na creche, a criança cresce, tem filhos e aí é que vai entrar na creche.

A habitação é a mesma coisa, não vejo diferença nenhuma. São tantas inscrições: CDHU, Secretaria da Habitação, Secretaria disso, daquilo e, no entanto, não se constrói uma unidade.

Indignado, em 1984, consegui mobilizar a sociedade para fazer a planta de uma área que hoje é a Vila Natal, 647 mil metros quadrados. Eu sofri com a expedição do Poder Público, do Meio Ambiente e dos ecologistas porque estava ajudando pobre.

Contra tudo e contra todos hoje são beneficiados 50 mil habitantes em Vila Natal, com água, luz e esgoto. Era proibido entrar água, luz, esgoto e equipamentos públicos.

Hoje Parelheiros tem habitações e o asfalto não pode entrar. Há 10 anos brigamos pelos planos diretores, para que acontecessem as mudanças que hoje temos, porque até mesmo esse CEU e o Hospital Grajaú não poderiam ser construídos. E hoje graças a Deus temos esses equipamentos.

Quero dizer uma coisa importante, levamos 13 anos brigando por duas leis específicas para a Guarapiranga e Billings. Os Srs. Vereadores e Deputados sabem muito bem as autoridades que ajudaram. O Valdeci estava presente em todas as audiências e reuniões brigando e foi penalizado. Foi obrigado a tirar sua empresa daqui para outra região porque estamos em área de mananciais.

O que precisa é criar espaço para que tenhamos emprego na própria região. Deveriam criar mais de um aeroporto, mais universidades públicas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço o Sr. Walmir. Tem a palavra a Sra. Atila de Souza Santos.

A SRA. ATILA DE SOUZA SANTOS - Boa tarde. Sou moradora do Jardim Eliana, dona de casa, mãe e esposa, o assunto que nos preocupa é o alagamento da Av. Belmira Marin. Não sabemos como vai ficar nossa locomoção porque ali é uma ilha, não temos alternativa para sair de lá.

Gostaria de saber se está prevista a reforma da Av. Belmira Marin, o corredor de ônibus e quais são as opções que vamos ter para nos locomover.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA - Boa tarde a todos. Vereador Ricardo, não pudemos estar na corrida porque estamos lutando por moradia.

Estamos reivindicando um direito constitucional e não fomos atendidos. Algo que estamos buscando e vocês têm o poder e não sei por que só dificultam que isso aconteça.

Muito obrigado.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço o Sr. João Batista. A finalidade de estarmos aqui, João Batista, é exatamente inverter essa lógica.

Então agradeço a sua contribuição. A Câmara e os Vereadores estão aqui no diálogo exatamente para superar essa diferença da Cidade, dos bacanas que tudo podem e da população da periferia que nada ou quase nada pode. É por isso que estamos aqui.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra o Sr. Anselmo dos Santos.

O SR. ANSELMO DOS SANTOS - Boa tarde a todos. Minha palavra é mais um protesto. Quando leio o plano diretor passado e esse novo agora, não consigo compreender como, por exemplo, o plano diretor quer preservar os empregos da região se as empresas estão se mudando para outros municípios e até outros estados.

Sou formado pelo Senai, tenho minha vida profissional aqui na região e com 15 anos de profissão tive de mudar de um emprego que ficava a 40 minutos de casa. Hoje tenho de percorrer 30 quilômetros para poder me manter naquilo que estudei e faço.

Outro questionamento que faço com relação à habitação no plano diretor: temos muitas áreas construídas sem moradores ou simplesmente pessoas que detêm um bom poder aquisitivo, constroem áreas imensas e deixam a população de menor poder aquisitivo totalmente desguarnecida porque tem dinheiro, poder ou simplesmente ações políticas que ficam impedindo a reabilitação desses locais.

Por fim, acredito que um novo plano diretor com algumas visões melhoradas, no espaço de 10 anos, tenha uma melhor posição para a população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Obrigado, Anselmo. Tem a palavra o Sr. Elvis Presley.

O SR. EMANUEL COELHO - Boa tarde a todos. Não sou o Elvis. Sou o Emanuel Coelho. Ele não estava no momento das inscrições e me deu a oportunidade de falar.

Deixo claro mais uma vez que a Câmara e vocês subestimaram a quantidade de pessoas que viriam para cá. Subestimaram o interesse do povo na sua moradia, porque foi feita às pressas a acomodação do nosso público lá fora. Então um pouco mais de respeito com o trabalhador.

- Manifestação na plateia.

O SR. EMANUEL COELHO - O que estamos reivindicando com o movimento do MTST é principalmente a inclusão de área verde referente ao Morro da Lua, Ocupação

Capadócia, Ocupação Dona Deda, que fica no Jardim Ipê e principalmente a Ocupação Faixa de Gaza.

Nessa época de chuva, principalmente para os que estão nas ocupações Dona Deda e Capadócia há grande dificuldade.

Mais uma vez queremos reiterar, da última vez falei com o Vereador Bonduki e fiz essa pergunta. Todos as vezes que fomos convidados a vir até aqui ou que soubemos que haveria o plano diretor comparecemos em peso, o MTST e outros movimentos também.

Por mais que os moradores estejam relatando existe aquela história do telefone sem fio. Infelizmente é mais fácil você entender o que estou falando no olho no olho do que por escrito. Uma vírgula faz diferença.

Mais uma questão: estamos tendo audiências públicas e esperamos que tenham o efeito que desejamos, porque no dia da votação estaremos em peso para fazer a diferença.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Emanuel, antes de agradecer a sua contribuição, você é muito preciso ao falar de interesse de todos os Vereadores têm de ter, mas a gente tem de reconhecer o esforço daqueles que estão aqui e o esforço que todo o movimento popular tem feito para fazer sua contribuição.

Tenham a certeza de que isso importa aos parlamentares que estão juntos nesse processo. Fica muito claro que esse processo de debate ainda tem mais 24 audiências públicas. Está é a 21ª. Portanto, vamos até o fim do ano visitando Subprefeitura por Subprefeitura para tirar de cada uma delas as reais e verdadeiras contribuições.

Não tem aqui nenhum balcão paralelo. O único que se recebe é este daqui junto com vocês e aquele pelo mecanismo digital que todo mundo fica sabendo de onde veio. Essa é a diferença que este processo vai fazer. Faz diferença, sim, a população vir e se manifestar. Estamos transmitindo ao vivo. Estamos fazendo a diferença do esforço que vocês estão mostrando na rua e a gente trazendo para dentro do processo.

É importante referenciar e agradecer não só a presença no dia de hoje, mas a presença de vocês na quinta-feira da semana anterior a passada, lá na Câmara, mais de duas mil pessoas enchendo todos os auditórios da Câmara, esse movimento que a gente reconhece.

Obrigado, Emanuel.

O SR. EMANUEL - Não respondendo, mas deixando uma coisa clara: em toda a minha vida, tenho 28 anos, promessas eu escuto desde que tenho e entendo o que é uma promessa - de pai, de mãe ou qualquer outra pessoa. Desculpa, mas é muito fácil para o senhor e com o seu interesse e com aqueles que estão aqui e que realmente têm um interesse em resolver estarem aqui. Se os interesses dos próximos não forem os mesmos de vocês, não vai adiantar nada o seu discurso.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Vou chamar Natália Rocha.

Emanuel, o que importa são todos que estão apontando para o mesmo lado estarem juntos até o fim. Essa é a questão fundamental. Se assim for, a tendência é a gente conseguir os resultados positivos. Aqui não tem promessa não, é trabalho.

- Manifestação na plateia.

A SRA. NATÁLIA ROCHA - Bom dia a todos. Meu nome é Natália, sou representante de moradores da Ilha do Bororé.

Estão tendo muitas audiências públicas na nossa região para discutir vários assuntos, inclusive a duplicação da Belmira Marin. Infelizmente, são poucos que participam porque não tem a informação. Está sendo mal divulgada.

As audiências públicas deveriam ser divulgadas, no mínimo, com 15 dias de antecedência. Não custa tão caro fazer faixas e colocar nas avenidas principais. Quem mora no fundão do Cocar, Cantinho do Céu, Ilha do Bororé se não tiver um bom contato não fica sabendo das audiências públicas.

Eu estou aqui porque recebi um convite pelo meu e-mail. Senão, não estaria porque não vi anúncio em lugar nenhum.

Quero fazer uma reivindicação. Já é a segunda vez que faço isso. Como moradora da Ilha do Bororé há 26 anos, moro em um loteamento irregular. Tenho uma indignação enorme porque moro na zona Sul de São Paulo, 26 anos em uma rua que não tem luz.

Lula levou luz ao interior do Nordeste inteiro e na zona Sul de São Paulo ainda existe ser humano, como eu, que mora em uma rua escura. Se tenho luz na minha casa, é clandestinamente. Eu tenho vergonha de dizer que moro em uma casa que não tem luz.

- Manifestação na plateia.

A SRA. NATÁLIA ROCHA - Sou cidadã e gostaria de poder pagar todos os meus impostos como todos vocês aqui.

Gostaria de pedir, mais uma vez, que colocasse loteamento do Sítio Santa Teresa para termos o direito de ter água potável, o direito de ter luz. Eu moro em uma região onde tem mais ou menos cinco mil habitantes, como foi levantado pela UBS. Nós não temos água potável, nossa água está contaminada, isso está esclarecido.

Há mais de três anos estamos lutando com a Sabesp para ter água na Ilha do Bororé, mas infelizmente, por ser uma área de mananciais. É manancial e tem de preservar, mas tem de preservar também o direito do morador, o direito de quem vive lá. Nós temos o direito de ter água potável sim, de ter energia sim.

Como aqui e também em outras regiões, a água está contaminada. Foi feito um levantamento com a Sabesp dentro da Ilha, por oito meses, analisou todos os poços de água e a água está contaminada, mas infelizmente o Poder Público não faz nada por nós.

Outra coisa que quero pedir é que nós, que estamos no fundão da zona Sul, e vai começar a duplicação da Belmira Marin é uma sugestão que, por favor, comece o trabalho pelas pontes para dar acesso, a gente ter direito de saída. Se começar o trabalho pelo início da

Belmira Marin, o que será de nós? Nós não temos helicóptero para sair daquela região. A gente usa o ônibus.

É só isso. Muito obrigada.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra a Sra. Janice, do Grajaú.

A SRA. JANICE - Quero começar fazendo um protesto. O Emanuel falou que as pessoas nos subestimam e é verdade. Eu, pessoalmente, conheço mais de dez Vereadores que estão na Câmara e são da nossa região. Eu queria saber onde eles estão. Estou vendo apenas um da nossa região aqui que é o Ricardo Nunes. Queria saber onde estão o Goulart, o Alfredinho, os Tatto e ai vai, um monte da zona Sul. Quando os caras têm de vir falar de assuntos de nosso interesse, eles não vêm.

Eu queria falar, assim como a Natália, da Avenida Belmira Marin, mas a pessoa responsável que me desafiou há três meses não está aqui, que era o Secretário de Transportes. Não está.

Então isso precisa ser levado um pouco mais a sério. (ininteligível)

Assim como a família saiu na chuva, deixou a família em casa. Hoje é sábado. Quero apenas falar uma coisa. Estou com o jornalzinho que diz o seguinte: “A premissa básica do Plano é inserir habitação popular em bairros com oferta de empregos e de serviços públicos”. Eu queria saber onde estão sendo inseridas essas moradias? Onde estão inseridos esses empregos?

Só vejo o povo mudar. As empresas mudarem. E nossa região cada vez mais com gente morando na rua, tem gente morando até em campinho de futebol, na avenida Barro Branco, gente morando em tudo que é lugar. Aliás, as empresas onde estão? Quem pode falar sobre isso?

E outra coisa é que nosso amigo da Vila Natal falou aqui é moradia importante, mas não falou das creches. Quero falar das creches, que não tem vaga. Tem gente demais e área

de educação de menos. Não tem vaga no Sampi, não tem vaga na creche municipal, não tem na creche estadual. Queria que isso fosse estudado para que dessem respostas para nós.

Vou estar no próximo Plano Diretor e onde estiver a Câmara para nos ouvir eu estarei. Se o Poder Público tiver vontade, teremos essas respostas. E vamos cobrar. Sei que você não é da região, mas está conosco.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço, tem de cobrar mesmo. Quero chamar o Dino, a Maria Lúcia e o Joel de Oliveira. E o João Paulo fala logo após o Joel.

O SR. DINO - Bom dia à Mesa e a todos. Meu nome é Dino, sou morador da região há 25 anos, sou do Movimento Associação do Garça Vermelha.

Gostaria de declarar que a gente se solidariza com essa lista enorme de problemas que todo mundo está trazendo e apresentando aqui.

Peço à Mesa e ao pessoal da Câmara, para que não haja, depois, digamos incoerência no discurso do que é apresentado e do que realmente é feito, observação especial à represa do Guarapiranga. A situação ali é bem caótica, bem crítica.

A represa armazena hoje 55% da água do que foi originalmente previsto. Quer dizer, ela está com mais de 50% da capacidade para a qual ela foi feita.

Gostaríamos de pedir que, efetivamente, fosse implantada a APA Jaceguava e que abortassem a ideia do aeroporto em Parelheiros. Isso não vai trazer nada em termos sustentáveis para a região. É isso, obrigado.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço o Dino. Chamo o João Paulo, a Maria Lúcia e o Joel.

O SR. JOÃO PAULO - Gostaria de fazer apenas uma solicitação, sabemos que pode ser exposta para os deputados, para a Câmara e para a população. Não se trata de nenhuma revolta, nem protesto.

Sabemos que moramos numa cidade que tem muito trânsito, possui infraestrutura precária e transporte de massa precário. Mas porque não pensamos em liberar um trabalho sem incômodo à população no sentido de que ela trabalhe na sua própria casa?

Eu gosto de trabalhar em casa. Não vejo necessidade de se alugar um escritório, sair para procurar emprego fora de casa, só por que não posso trabalhar em casa.

A lei atual, do Plano Diretor, não é permitido trabalhar em casa. E meu trabalho não impacta ninguém. E o da minha esposa também. Ela é dentista e não pode trabalhar em casa e nem tem oportunidade, pois lá é restritamente residencial. Não tem impacto nenhum para a população.

Nós moramos ao lado do hospital e, mesmo do lado do hospital, não podemos ser um profissional de saúde.

Então não sei porquê temos de sair de casa, usar o ônibus ou carro ou taxi, poluir o ar, e não ter direito de trabalhar em sua própria residência.

Para diminuir o trânsito e melhorar a qualidade de vida que seja permitido trabalhar em casa, onde se tenha também infraestrutura.

Moramos do lado da Santo Amaro e não podemos trabalhar ali. Tem um corredor de ônibus na Santo Amaro.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Qual é o bairro que você mora, para poder registrar?

O SR. JOÃO PAULO - Vila Olímpia. Moramos exatamente à frente do corredor de ônibus, a 50 metros dele, e a gente não pode trabalhar em casa. Mesmo sendo transporte de massa por causa de ser uma zona estritamente residencial.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito bem. Está aí a demanda do João Paulo, que mora numa zona estritamente residencial da possibilidade de desenvolver atividades profissionais dentro dos imóveis.

Chamar agora a Sra. Maria Lucia Belenzani.

A SRA. MARIA LUCIA BELENZANI -Bom dia a todos. Sou assessora do Vereador Nabil Bonduki na área ambiental. Fui também durante muito tempo moradora e trabalhadora dessa região.

Quero dizer algo que me preocupa muito na leitura do Plano Diretor. É sobre os eixos estruturadores que é um dos pilares do Plano como um todo. E eles entram nas áreas de proteção aos mananciais, mais especificamente nas avenidas Arouska(?), Belmira, Interlagos, Teotônio Vilela e um pedacinho da Seriauí(?), M'Boi, enfim, posso ter esquecido algumas.

Essas áreas estão protegidas pela Lei Estadual de Proteção aos Mananciais, que é a lei específica da Billings e da Guarapiranga. Aonde tem a diretriz, que é uma lei - não é uma diretriz - que fala do coeficiente máximo de aproveitamento. Daí, nos eixos, está proposto que seja dois e meio. Mas esses eixos estão ao longo dos corredores.

O que desejo propor é que nos corredores, dentro da área de proteção aos mananciais, não fizesse esse CA 2,5 no eixo de estruturação. Pode acontecer uma mudança dentro do solo. Acho que pode e deve gerar empregos no entorno dos corredores e moradia também, ZEIS, mas o eixo de estruturação não pode ter coeficiente 2,5, pois é incompatível com a Lei de Proteção aos Mananciais.

Agora, os corredores são fundamentais. A estruturação do território é fundamental para pode gerar empregos. Mas o CA 2,5 não vai nem resolver o problema da mobilidade, nem da habitação - porque não traz habitação popular -, e tampouco vai resolver o problema ambiental.

Nesse sentido, quero deixar registrada essa proposta.

Essas duas coisas um pouco antes, com relação à regularização fundiária que foi dito aqui - e também foi falado sobre o rural - quero salientar que a regularização da propriedade da terra é fundamental, tanto para os agricultores como também para a área urbana.

Peço ao Sr. Vereador Ricardo Nunes escutasse o que estou dizendo, porque ele tem um projeto de lei super importante: trata-se do incentivo para a zona Sul que mexe com o incentivo do IPTU. Mas há uma questão que não está endereçada ao Poder Público. Parelheiros, por exemplo.

O Centro de Parelheiros é uma zona mista. Não tem nada de ilegal nessa zona mista. Ele está agora, no novo Plano Diretor, dentro da macroárea de recuperação e proteção e já estava nessa macroárea antes, só que a Prefeitura não lança IPTU lá. Então, o cara tem um supermercado que está no Centro e não paga IPTU. Ninguém sabe quantas pessoas ele emprega.

Venho aqui pela primeira vez fora do Executivo, porque no Executivo eu conheço bem, a proposta da APA do Jaceguava. Acompanho há muito tempo APA Bororé-Colônia e a APA do Capivari-Monos e as APAs são instrumentos de gestão que realmente funcionam. Então, eu acho que a criação da APA do Jaceguava é uma proposta muito acertada.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra o Sr. Joel de Oliveira, da ocupação Capadócia.

O SR. JOEL DE OLIVEIRA - Bom dia, companheiros e companheiras.

Eu sou morador da ocupação Capadócia, no morro da Lua. A ocupação do morro da Lua existe há 25 anos e é esquecida. Não tem esgoto para a comunidade e a preocupação é incluir como ZEIS 2 para que tenha título de usucapião.

A área da Vila Andrade, onde estão 53 famílias que residem lá há 40 anos. Há oito anos teve um suposto dono que não sei o tramite que ele deu e conseguiu garantir que era dono da área e essa área está com ordem de despejo. Ontem estivemos fazendo uma reivindicação na Giovanni Gronchi com a Guilherme Dumont, mas infelizmente essa reintegração de posse está marcada. Não queremos nenhuma comunidade no olho da rua.

- Aplausos.

O SR. JOEL DE OLIVEIRA - Para o Sr. Nabil, relator do Plano Diretor, nós temos na Rua Dr. Soter de Faria a inclusão. Ela já está indicada como ZEIS 1, mas pedimos que possa relatar essa rua de inclusão para ZEIS 2 e que ampliasse e não fosse só na viela para que as famílias não fossem despejadas, pois elas tem direito já que estão lá há 40 anos. Uma única família quer tomar esse título de 53 famílias. Com o poder que ele tem, ele conseguiu driblar todo mundo e conseguiu a reintegração de posse. Não sabemos como. Queremos que incluam essa área como ZEIS 2.

Repetindo: Rua Dr. Soter de Faria, que ampliasse essa área, tirasse ZEIS 1 e colocasse ZEIS 2 e não ficasse apenas na viela.

Enfim, toda a reintegração de posse que venha a acontecer que seja discutida uma solução para as famílias e que não sejam tratadas como foi a Dona Deva. O Subprefeito de Campo Limpo, o Sr. Sérgio, simplesmente, pediu para a Guarda Civil Metropolitana despejar as famílias. Ela veio com ordem do Subprefeito e acabou derrubando casas com famílias dentro.

Então, que se respeitem primeiro. Vamos lutar juntos pela (Ininteligível) da cidade. Vamos respeitar primeiro os direitos do ser humano. E depois, se a pessoa desejar (Ininteligível) por parte da Prefeitura, ela que entre na justiça e procure os seus direitos. É isso.
(Palmas)

A SRA. ANA PAULA RIBEIRO - Boa tarde, companheirada! Boa parte para os companheiros que estão do lado fora. Eu me chamo Ana Paula, sou da Coordenação Estadual do (Ininteligível). Para além das três ocupações, Dona Deda, Capodócia, Faixa de Gaza e um terreno na M'Boi Mirim, que já está devidamente transcrito no papel que tem aqui na frente, e já entregamos para o "João" Américo, as nossas propostas de alteração do Plano Diretor. Gostaria que esta tribuna, aqui de frente para os Srs. Vereadores, preste atenção à nossa fala.
(Palmas)

O movimento não estava presente em São Paulo. O movimento estava presente na região metropolitana de São Paulo, ABC e Campinas. Esse ano a gente entrou. Entramos em São Paulo. E por isso que hoje vocês veem uma audiência pública como antes vocês não tinham visto. E daqui para a frente pode alugar campo de futebol, porque vamos lotar todos os espaços. (Palmas)

O movimento entrou em São Paulo; estamos na zona Sul - mas também estamos na zona Norte, com a Estaiadinha. E não vamos admitir que aquelas famílias sejam tratadas daquela maneira. Tocada de maneira indigna a ocupação. Eles estavam na calçada na Av. do Estado, e também foram tocados de lá sob porrete, e não vamos admitir isso. O MTST entrou em São Paulo e agora a gente não sai mais.

A SRA. SIMONE SOUZA - Boa tarde a todos, à Mesa. Todas essas pessoas estão aqui não para fazer bonito, mas porque precisam. São pessoas de comunidades, são pessoas de ocupações, são pessoas de favelas que são desrespeitadas todos os dias - trabalhadores, mulheres e crianças.

Estamos aqui para saber a real do Plano Diretor, porque não vamos mais ficar de cabeça baixa, só ouvindo, só escutando, aceitando. O povo cansou de ser oprimido e de aceitar as migalhas que vem deste país.

Somos trabalhadores que pegamos ônibus lotados todos os dias, e precisamos da cidade para sustentar essa cidade. Então queremos os nossos direitos, principalmente saúde, educação e moradia. O MTST não luta só pela moradia, porque luta também por saúde e educação. Não tem creches. Não tem peruas para levar crianças deficientes para as escolas. (Ininteligível) é com relação entre moradia e (Ininteligível) da Copa, porque estão maquinando as favelas, estão maquinando tudo que tem na cidade e que não diz respeito ao estado, para mostrar bonito lá fora coisas que não temos aqui no nosso país. (Palmas)

Vamos respeitar o cidadão, que é ele quem vota e elege todos os governantes. Precisamos de respeito.

Esse *Minha Casa, Minha Vida* eu mudo o nome para *Minha Casa, Minha Luta*.

(Palmas)

Aqui dentro não existe uma pessoa que foi contemplada com o *Minha Casa, Minha Vida*. Quem está sendo contemplado é quem está oito anos na luta, como eu, e agora a minha casa está sendo construída em Taboão da Serra. Mas foi com a luta, foi indo para rua, foi cobrando, reivindicando os meus direitos.

E esse povo que está nas ocupações Dona Deda, Capadócia, Estaiadinha, Faixa de Gaza vão ter a sua moradia digna por luta. Não é *Minha Casa, Minha Vida*, é *Minha Casa, Minha Luta*, porque o povo tem que ir para a rua e reivindicar os seus direitos.

Quanto às ZEIS, a gente quer dizer que não é só um problema técnico, não. A gente tem que pensar que todos esses (Ininteligível) em áreas ZEIS a gente está decidindo vida de famílias, de crianças, com esses despejos que estão sendo feito às escuras. Eu estava na Estaiadinha e vi o que ele foi aquele despejo. Um absurdo: criança, mãe, idosos, grávidas. Pessoas tentando se suicidar porque não tinham para onde ir. As pessoas que moram em ocupação, a gente tem que deixar bem claro para os governantes, estão em barracos de lona. Não estão porque querem, mas porque não têm condições de ter uma moradia digna. E a comunidade que está em ocupação quer deixar bem claro que não quer nada de graça. Quer pagar, mas quer ter condições de pagar.

Companheirada, no MTST, a luta é para valer!

O SR. _____ - Eu só queria pedir um pouquinho mais de respeito, porque o que estamos discutindo aqui é muito sério. E independentemente do que vocês tenham que fazer no telefone, ou em qualquer outro meio, deixem para depois.

A SRA. MARILENE SOUZA - Boa tarde, senhores. Boa tarde, família bonita. Boa tarde, companheiros e companheiras.

Sou Marilene Souza, da Coordenação Regional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, e represento uma (Ininteligível) em Embú, uma área de mananciais. Mas estamos

tão cansados, e sabemos que área de manancial cheira uma coisa chamada “especulação imobiliária”. (Palmas)

Uma boa parte das áreas de proteção ambiental desta cidade tem uma densidade populacional muito grande. Quem olha para a estrutura do Plano Diretor, que nós estamos acompanhando, vê que estava tudo muito sério nessa questão, como se as pessoas que lá estivessem não pudessem estar lá.

Fiquei muito preocupada também com o que eu ouvi aqui: que nós estamos pensando em transporte em São Paulo. Complicado, realmente, já que as pessoas passam quatro em transporte público. Saindo de suas casas, de suas ocupações, de suas comunidades para trabalhar. Mas também se não tem a solução, arrastar essas pessoas para o centro, para ficar mais próximo do trabalho, porque não somos pacotes, que vai de lá para cá. (Palmas) É muito importante, sim, estabelecer qual é a real verdade do Plano Diretor quando se trata de habitação.

A Subprefeitura de Campo Limpo é uma das subprefeituras mais ricas em mão de obras, é uma das subprefeituras mais ricas em densidade populacional. Espaço de trabalho tem bastante, e muita área irregular, e muita gente morando mal. E isso nós não admitimos mais. Mas não é tirarmos de lá, não, é deixá-los lá, e garantir essa utopia que não foi cumprida. O *Minha Casa, Minha Vida* não alcançou sequer 30%. Um milhão de moradias não consegue. Foram entregues 300 mil moradias, e isso é muito pouco.

Acredito que devemos tomar bastante cuidado - eu, no caso, e todas as famílias, que nós sabemos escolher os nossos representantes. Muitos governadores estão com CPI nos calcanhares. Se o *Minha Casa, Minha Vida*, se não for cumprido de fato conforme prometido, eu acredito que o Governo não consegue se eleger nem como síndico mais, porque ninguém aguenta mais ser enrolado. É um absurdo manter crianças numa calçada, recém-nascidos que inalaram fumaça a noite inteira. Sabem por quê? Porque a Copa está chegando e precisa construir aeroporto, hotéis... (Palmas) E aí vamos matar essas pessoas, porque a polícia é

violenta, que pega de forma extremamente vil o trabalhador, pai, mãe, e principalmente criança. Criança que não tem garantia de creche, que não tem nenhuma garantia de estabilidade familiar, que não tem garantia de mais nada. Até porque o ano que vem o Haddad também tem um projetinho: criança agora vai repetir de ano. Estou muito preocupada.

Nós queremos a garantia de que as nossas casas e os nossos apartamentos serão construídos nas ruas onde estamos - Dona Deda, Capadócia, Faixa de Gaza, Novo Pinheiro do Embú. Não vamos sair do terreno, não. Ocupar, resistir e ficar aqui. Transporte de qualidade lá, creche de qualidade lá, moradia de qualidade lá também, porque a Fifa está cobrando a preço milionário. Está cobrando com choro e abandono a Copa do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Deixa eu contar uma coisa importante para vocês: de quinta-feira até amanhã acontece, em Brasília, a Conferência Nacional das Cidades, e a Câmara Municipal tem representação. Na quinta-feira o Nabil esteve lá, ontem estive eu. E o Nabil tem que voltar na representação que a cidade de São Paulo tem na Conferência Nacional de Cidades. Por isso vamos interromper, após chamar o 23º inscrito, a Sra. Maria Cipriana, quem eu peço para se preparar, e também o Sr. Paulo de Lara. Após, o Nabil fará uma fala no meio, e eu ao final, com a autorização do nosso relator, para que ele possa rapidamente dar uma contribuição a partir do que ele escutou aqui e possa ir para a Brasília, que ele tem que chegar lá antes das cinco horas da tarde para votar para São Paulo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Calma, pessoal. Temos que entender que parte dos nossos problemas não é resolvida apenas na cidade de São Paulo, só com o orçamento de São Paulo e só com os Vereadores. Temos o compromisso, sim, de buscar dinheiro em Brasília, buscar dinheiro no Palácio dos Bandeirantes, porque precisa, sim, do envolvimento de todos.

Passo a palavra ao Vereador Nabil, e após chamarei a Sra. Maria Cipriana.

Agradeço a todos pela compreensão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI - Pessoal, como o Vereador Police Neto já falou... Deixa eu explicar uma coisa importante para vocês.

A Conferência Nacional de Cidades acontece uma vez a cada três anos, e ela elege o Conselho Nacional das Cidades. Isso está em debate lá: tem alguns que querem aumentar para quatro, outros querem diminuir para dois. Mas atualmente são três anos.

Será eleito agora o Conselho Nacional das Cidades, que tem uma representação de Vereadores. E, às cinco horas, haverá uma reunião na qual serão eleitos os Vereadores que farão parte do conselho.

No Conselho, discute-se a política nacional para as cidades - política de habitação, mobilidade, saneamento e de ordenamento do território.

Estou falando isso para dizer que fiquei aqui o máximo que eu poderia ficar, senão eu não consigo pegar o avião.

Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI - Gente, pelo amor de Deus, é preciso ter um mínimo de compreensão. Eu ouvi 23 pessoas, faltam cinco para falar. E eu queria, portanto, justificar a minha saída nesse momento. Quero dizer que ouvi a maior parte das questões. Acho que as questões ambientais que foram enfatizadas aqui são muito importantes e terão que ser analisadas com cuidado. Isso já está detectado: a atenção à zona rural, a preocupação com essa compatibilização entre quem está ocupando a área e os cuidados ambientais. E também a questão do problema da habitação.

Conheço o problema da habitação há muito tempo. Já estive em muitas ocupações. Já fiz muita organização de favela. Fui responsável pela área de urbanização de favela e regularização fundiária no Governo da Luísa Erundina. Particpei de ocupação de terra quando assessora movimento. Tenho a maior sensibilidade por essas questões colocadas aqui.

Essas áreas, algumas delas, já estão previstas como ZEIS no Plano Diretor. As que não estão serão estudadas. E nós certamente temos que prever, no Plano Diretor, uma continuidade suficiente de ZEIS para dar conta das necessidades da população de baixa renda. Esse é um grande desafio da cidade de São Paulo. O Vereador Police vai falar disso também no final, porque já há uma compreensão a respeito desse tema. E nós vamos ter sensibilidade para poder atender não apenas essas questões como também as de vários outros movimentos que também estão reivindicando ZEIS. Esse é o compromisso. Claro que teremos que compatibilizar todas as necessidades que tem na cidade, e essa é uma questão complexa que temos em São Paulo. São Paulo é uma cidade com muita gravidade e muitos problemas.

Tudo que for falado aqui será registrado pela minha assessoria e pela Relatoria da Comissão de Política Urbana. E vamos continuar esse diálogo em todas Subprefeituras na zona Sul. Esta é uma reunião de abertura do processo da zona Sul; depois continuaremos em cada uma das Subprefeituras para aprofundar a discussão específica de cada região.

Agradeço ao nobre Vereador Ricardo Nunes, que é da região; e ao nobre Vereador Police, que representa a Comissão de Política Urbana e a Relatoria também neste momento.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço ao nobre Vereador Nabil, que vai a Brasília conseguir um espaço para São Paulo no Conselho Nacional das Cidades.

Tem a palavra a Sra. Maria Cipriana, Presidente de entidade na Capela do Socorro.

A SRA. MARIA CIPRIANA - Boa tarde companheiros, autoridades da Mesa, quero estender as mãos ao Movimento sem Moradia, porque quando vim para São Paulo morei muito tempo debaixo do viaduto.

Por que estive em Vargem Grande, fui punida, presa? De tanto ir à CDHU, fazer tudo isso que vocês fazem aqui. E fui muitas vezes atrás do Pedro no camburão porque queria

que ele tivesse moradia. Essa história é longa. Então, de tanto sofrer algema, motins, fugi para Vargem Grande.

Por que quero dar as mãos para vocês que estão sem moradia? Porque é cruel uma pessoa que sai daqui para trabalhar na Praça da Sé, Vila Mariana, etc e, quando chega em casa, recebe ordem de despejo. Não pode pagar aluguel, não sobra dinheiro para comer, nada. É terrível a pessoa que não tem moradia.

Quero agradecer a esses Srs. Vereadores que estão aqui, porque pelo menos esses vieram até a população, porque é difícil, então eles merecem destaque. Entre os muitos Vereadores, só eles vieram até aqui, então merecem respeito.

E vocês merecem muito mais, porque estão lutando pelos seus direitos. Eu luto desde 1980, ajudei a criar o Conselho Coordenador das Associações das Favelas de São Paulo, que funcionava muito bem. Consegui muito mais coisas naquela época do que agora, mas infelizmente não existe mais o Conselho.

Estou querendo reativar esse Conselho para dar apoio ao Movimento dos Sem Teto. Também quero avisar aos companheiros que não têm casa e que moram em favela ou área de risco que estou aqui, estou na terceira idade, mas ainda estou bem forte, e tenho crachá. Sou uma das criadoras das favelas no Rio de Janeiro. Os Srs. Vereadores me conhecem, eles sabem que ajudei a dar muitos votos a eles. Então, se precisarem de mim para um auxílio, eu posso ajudar.

Aqui tem uma mulher que não tem medo de camburão. Estou estendendo as mãos para vocês, podem me procurar, porque esse papo que existe desde 1980 de organizar favelas é conversa para boi dormir. Nunca organizaram nada, não dão a mínima. Eles vão fazer o trabalho deles, e eu preciso fazer o meu, porque só prometem. Por um lado, tenho até dó dos Srs. Vereadores, porque eles vieram, mas os outros não vieram.

Eu gostaria de sugerir aos Srs. Vereadores que montem uma maquete dessas reuniões, porque misturou as regiões, e tem muitos assuntos aqui que têm que ser separados, porque estão tumultuados.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Sra. Maria, vou explicar. Hoje, a reunião é regional, por isso reúne toda a zona Sul. Amanhã será só da região de Cidade Ademar, como já houve ontem só do Jabaquara, então a gente vai fazer uma igual a essa, com uma observação mais para o território, exatamente para cumprir o que a senhora está dizendo agora.

Hoje estão reunidos Capela do Socorro, Cidade Ademar, Parelheiros, Santo Amaro, Campo Limpo, M'Boi Mirim, Ipiranga, Jabaquara e Vila Mariana.

A SRA. MARIA CIPRIANA - Eu gostaria de pedir aos Srs. Vereadores que, antes de fazer as regionais da Subprefeitura, saiam da cadeira e vão até os bairros escutar o povo, porque os Srs. Vereadores não fazem isso, e só recebem quem eles querem.

Obrigada. (Palmas)

NÃO IDENTIFICADO - Boa tarde. Sou estudante de Arquitetura e Urbanismo e esse é um tema muito importante para a Cidade. Por isso vim para ver como estava acontecendo isso.

Quero parabenizar todas as entidades de classe que vieram, pela forma como se manifestaram, mas isso ainda é pouco. Por quê? Parece que isso está sendo para eleger. Registraram tudo o que aconteceu na ata? Os senhores estão vendo algum Secretário registrando todas as propostas? Então, está faltando uma organização melhor. E quem vai cobrar isso? Os representantes legais que não compareceram, ou os representantes legítimos que estão aqui brigando por vocês?

Esse movimento dá mais certo se tivermos um espaço para estar no meio (ininteligível), se não tudo isso ficará registrado somente na Câmara.

Esse movimento é muito importante, várias cidades do mundo já fizeram a mesma organização, planos de mudança, mas o que estamos vendo aqui é outra coisa.

Básicos da mobilidade: transporte é ônibus? Que cidade do mundo se desenvolveu em cima de ônibus? Um modelo ultrapassado, que fica travado, você fica quatro horas parado nas ruas. Isso só vai piorar a Cidade. E quando piora, o que acontece? As zonas privilegiadas são supervalorizadas, e a população vai morar onde? Em área de risco. Ninguém mora em área de risco porque quer, é por falta de opção. Então, falta uma política que realmente contemple tudo isso para a Cidade.

O povo não tem participação. As entidades de classe poderiam participar mais desse Movimento, então briguem por isso, olhem com atenção. Critico o plano porque as outras cidades do mundo estão se desenvolvendo através de metrô, de transporte de massa efetivo, e corredor de ônibus não é transporte de massa. A gente só vê isso nos países da América do Sul subdesenvolvidos. Nas grandes capitais do mundo, o transporte é outro. O que vai acontecer é travar a Cidade.

Precisamos de um transporte efetivo, que facilite a mobilidade, diminua o custo para a Cidade e que consiga permitir o acesso ao trabalho.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra a Sra. Maria, do Jardim São Judas Tadeu.

A SRA. MARIA NORA NEY - Sou da Associação dos Moradores do Jardim São Judas Tadeu. Trabalho com a moradia, faço parte do LS Movimento de Moradia Popular e estou aqui representando o meu bairro, que não tem representante.

Como foi dito, todas as outras reuniões dos anos anteriores sempre tiveram ata, e por que este ano não teve? Por causa da internet? É direito de cada um ter a sua ata, que eram distribuídas nas Subprefeituras após a votação. Tínhamos tudo isso na Subprefeitura, mas agora por causa da internet está acabando tudo.

Precisamos de moradia, saúde, creche, escola, na nossa região. Os postos de saúde não têm médico na região, desde fevereiro até hoje. Esse Médico da Família é “fake”, porque não temos médico.

Na região de Parelheiros, Capela do Socorro, Campo Limpo, está aprovada a moradia, mas ninguém está fazendo nada por isso. Então quem está pagando essa moradia?

O projeto Minha Casa, Minha Vida - Entidades é nossa luta, porque não tem aqui em São Paulo. No interior tem moradia, mas em São Paulo não tem um pingão de interesse político. Vai construir aeroporto, por que não temos moradia?

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Obrigada. Tem a palavra o Sr. Gonçalves.

O SR. GONÇALVES - Na cidade de São Paulo existem 297 casas (inaudível) e 1,7 milhão de pessoas pagando aluguel. O Sr. Prefeito prometeu que 75.000 moradias, ou seja, 35 casas por dia, e não fez nenhuma. O Secretário é um típico fazendeiro do interior e não sabe de nada sobre moradia.

No Plano Diretor de 2004, indicamos 128 áreas da nossa região. Surgiram 200 torres em plena Marginal, do aeroporto para cá. Não pensaram em creche, em mobilidade, em posto de saúde, nada. Então, espero que esse Plano Diretor seja mais a nossa cara, a nós, que moramos de aluguel e de favor.

Se não fizerem mais, as 30 ZEIs, dia 17 de abril será o Dia Vermelho, em que faremos a ocupação, porque já fizemos ocupação com 40.000 pessoas na margem do Guarapiranga, desceu a polícia, desceu o pau, vários companheiros foram presos. Posso ser preso, mas o povo está morando nas casas.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. João Santos de Oliveira, da Vila Rubi.

O SR. JOÃO SANTOS DE OLIVEIRA - Boa tarde, autoridades da Mesa. Agradeço todos vocês do Movimento de Moradia. Estamos vendo essa batalha por moradia, porque nós, que pagamos aluguel, temos o direito de moradia, porque está na Constituição: saúde, educação e habitação. E parece que habitação sempre fica para último caso, é o último da fila.

Isso acontece porque muitos não levantam das cadeiras para se deslocar até uma audiência pública como esta, que é uma mãe para reivindicarmos os nossos direitos. Mas vocês estão lutando por moradia digna, um direito de todos nós.

Já paguei aluguel, já fui despejado, já fui humilhado, e hoje luto para que todos tenham a sua moradia digna. Esse é o lema: quem não luta está morto. Temos que ir à luta para adquirir o nosso benefício de moradia.

Parabéns aos que vieram.

A Capela do Socorro é uma região problemática, temos que modificar esse zoneamento, porque várias famílias saíram das favelas, foram removidas, e temos apenas uma área em que serão construídas 1.800 unidades, e ainda o Ministério Público barrou isso.

O que está acontecendo? O Ministério Público não deixa ninguém construir nada. “Ah, porque é área de mananciais”. Está certo, temos que resguardar a água, mas, quando se fala de moradia, o que eles fazem? Pode fazer posto de gasolina, grandes mercados, outros empreendimentos que não beneficiam a população.

Isso é um absurdo. Temos que fazer manifestação.

Outra coisa, o hospital de Parelheiros tem de ser feito. E esse pessoal tem que rever o aluguel social, que está sendo uma miséria. Queremos, daqui para frente, que seja urbanizada mais uma favela, porque esse aluguel social não serve para ter moradia digna.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Obrigado, João. Tem a palavra o Sr. Ney Favela.

O SR. NEY FAVELA - Sou Presidente da Federação de Favelas de São Paulo. Quero dizer aos líderes das ocupações, como o Sr. Joel, a Ana Paula, que não se deixem levar por discurso; atentem às leis. Nós, os mais velhos, brigamos pelas leis. Além do Estatuto da Cidade, brigamos pela lei específica de mananciais.

E vocês têm direito à moradia. ZEIS significa Zona Especial de Interesse Social; HIS significa Habitação de Interesse Social. As leis existem, o que falta é aplicá-las. Eles não estão aplicando.

Não tenho vergonha de morar na favela. Vergonha tem que ter quem me colocou na favela: os governantes.

Companheiros líderes, não se importem com os discursos. Peguem as leis que já estão no papel e façam o governo colocá-las em prática. A lei específica da Guarapiranga já existe; a lei específica da Billings já existe. Existem as ZEIS, existe o PRIS - Programa de Recuperação de Interesse Social; o que falta é negociar com o proprietário para que o Estatuto da Cidade se aplique ao usucapião.

A Medida Provisória 2220 é organizada e tem o documento de posse. Existem 76 favelas urbanizadas aqui na região Sul, já é uma conquista, mas ainda falta a regularização fundiária de muitas favelas. A lei já existe, e se tem as zonas especiais para atender moradia vocês têm que ir atrás da lei. E peçam aos governantes para aplicarem essas leis.

Só isso que importa. Então essas lideranças que se atentem para as leis. Esqueçam o discurso. Atentem para a lei e façam que seja cumprida.

Essa gestão - que está no Governo, do PT - se preocupa com a habitação. Eu respeito essa gestão. O restante também no Vereador Ricardo Nunes, que é renovação. Tem de renovar!

E vocês: se politizem, para que, quando estiverem bem velhinhos, na favela, digam: "Valeu a pena eu ter lutado pela minha comunidade e pela cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito obrigado. A Neli Oliveira é nossa última inscrita.

A SRA. NELI OLIVEIRA - Boa tarde a todos. Sou Neli Oliveira, do Conselho Gestor de Saúde e liderança de bairro.

Quero reforçar as palavras do colega. As leis já existem. O que precisa é fazer o que estamos fazendo hoje: nos organizarmos. Existem os conselhos, o conselho de Saúde, está vindo aí o conselho participativo. E o que é a função principal do conselho? Fiscalizar. Fazer valer a voz do povo. Representar o cidadão comum.

Temos de estar cientes também sobre quem são os responsáveis, por exemplo, quando se fala da luta do aeroporto de Parelheiros. Depois vai lá constroi uma creche, uma UBS, e coloca o nome: “Fulano de Tal”. Não! Foi o povo que lutou, foi uma conquista do povo. Não deve ter nome de político.

Enquanto tem político interessado em trocar nome do parque, por exemplo, o parque do Embu, colocam o nome da vó de tal político. Não! O parque é do povo. Estou dando um exemplo simples, cidadãos.

Existe o conselho, como por o exemplo o conselho de Saúde. Falou-se da habitação, mas temos a área da Saúde. Essa coisa de moradia, tudo bem, mas e o povo que está doente. Doente porque? Tem falta de tudo e ainda não se cumpre a lei. Deixam o cidadão doente. Cadê a construção dos postos de saúde? A construção de hospitais? Temos de lutar todos em conjunto.

Precisamos, sim, rever as leis e reorganizar São Paulo. Mas, temos de reorganizar dentro da realidade de cada região.

Precisamos de UBS, então, as lideranças de bairro indicaram vários terrenos para os técnicos. Aí disseram que não foi aprovado por causa da lei dos mananciais. Mas, quando há grandes empresários aprova-se rapidamente?

Desde 1979 o Movimento de Saúde do Grajaú luta para construir UBS dentro da Capela do Socorro, a mais carente. Até agora tem dois que tiveram a verba liberada pelo PAC no Cantinho do Céu, no Cocaia, e no Jardim Eliana, mas não sai a construção, pois para na Lei dos Mananciais.

Precisamos nos organizar através dos conselhos. O conselho participativo está aí para representar o cidadão. Eu agradeço a oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito obrigado, Neli. Estamos chegando à parte final do nosso encontro do dia de hoje.

- Gravação interrompida.

O SR._____ - Notícias da região vindas pelas lideranças - de Sena, Nanci, Janice, Nei Favela - principalmente na área de habitação, vejam, tudo isso que está sendo dito estamos anotando, e está sendo gravado. Temos um trabalho intenso na Câmara Municipal nesse sentido.

Nosso Presidente José Américo tem realizado uma gestão fantástica de levar à sociedade, colocou o anúncio na televisão convidando as pessoas para virem nas audiências públicas, então acho que precisamos ter esperança.

Há uma frase muito bonita: "O mundo pertence aos otimistas. Os pessimistas são meros espectadores". Então se não tivermos otimismo para que as coisas andem, não iremos para lugar nenhum. É uma frase (ininteligível), Presidente.

Mas parabéns a todos vocês que estão aqui, num sábado, trabalhando pela região de vocês, pela comunidade de vocês.

Agradeço ao Vereador José Police Neto que está presidindo a comissão; ao (ininteligível); ao Murici, chefe de gabinete da Sub de Santo Amaro e participou de todos os trabalhos da Lei da Guarapiranga. Foi um dia bastante produtivo. Vamos avançar. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agora tem a palavra o Presidente da Câmara Municipal de São Paulo Vereador José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Boa tarde a todos. Saúdo a todos pelo nosso querido Vereador José Police Neto, da Comissão da Política Urbana. Cumprimentos os demais integrantes da Mesa. Saúdo o Vereador Ricardo Nunes, que é da região.

Quero dizer a vocês o seguinte: essas audiências públicas que estão ocorrendo fazem parte de um esforço da Câmara Municipal para chegar até a população.

Ontem à noite, os anúncios desses convites foram até na novela da Globo. Anunciavam esse ato de hoje.

Então procuramos chamar a população para que participem dessas audiências públicas. Tenho certeza que o resultado já está acontecendo. E isso significa que o Plano Diretor não vai ser como o projeto que está aí. Ele vai ser modificado. Claro que ele vai ser modificado.

Anteontem tivemos uma audiência pública de habitação, já para discutir o Plano Diretor, e compareceram três mil pessoas.

Hoje, somos quase mil pessoas assistindo, dentro e fora do recinto, essa audiência pública. Isso significa que a participação popular está acontecendo e as reivindicações trazidas por vocês estão com muita força.

As propostas e alterações de ZEIS que vocês trouxeram, eu já tive oportunidade de responder a um dos movimentos que estavam presentes, junto com o Dr. Guilherme

- Gravação interrompida.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Então significa que a chance de vitória é grande. Então, pessoal, um abraço para vocês. Conto com vocês.

Peço só que esperem o nosso querido José Police Neto que vai concluir a audiência pública.

Quero lembrar que dia 8 de dezembro terá a eleição do conselho participativo de representantes de toda a São Paulo. É uma lei que foi sancionada pelo Prefeito Haddad e que teve uma participação muito importante do Vereador José Police Neto, aliás, foi quem fez a emenda e criou esse conselho. A ideia foi adotada pelo nosso Prefeito Haddad e vai ser implementada também essa área de luta. É tão importante a mobilização e que as pessoas se candidatem e votem e, portanto, participem.

Com relação à ata, fiquem tranquilos, temos uma câmara de alta potência que gravou tudo. A partir disso, será feita uma degravação. Teremos uma ata mais pormenorizada, mais do que anotada. Não se preocupem, que o Vereador José Police Neto é o maior fazedor de ata que conheço. E ele anotou tudo, tá tudo bem anotado, fiquem tranquilos.

Passo a palavra a ele, para que, inclusive possa encerrar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço ao nosso Presidente José Américo. Passo a palavra ao Tomas para que, em cinco minutos, faça a conclusão por parte do Executivo. Em seguida, vamos para nosso encerramento.

O SR. TOMAS - Quero também agradecer a participação de vocês. Sabemos que o Governo e os avanços no Plano Diretor dependem da pressão e da presença de vocês para garantir os interesses da Cidade.

Quero passar, rapidamente, por alguns pontos, e esclarecer que a proposta de levar moradias para perto dos corredores de ônibus diz respeito ao enorme *déficit* habitacional que existe hoje na Cidade, além de um terço que mora em assentamento precário e temos, segundo a versão do Plano Municipal de Habitação, 300 mil domicílios de *déficit* habitacional e, até 2024, serão 740 mil famílias em *déficit* habitacional no Município.

Precisamos acomodar essas pessoas no lugar onde elas vivem. E, por exemplo, as ZEIS-4, em áreas de mananciais, estão sendo ampliadas e têm esse objetivo. Quero chamar a atenção de vocês para o Artigo 209, Inciso XI, que trata exatamente de um regramento para as remoções relacionadas aos projetos urbanos e intervenções sociais. Lá é disposto e determina

que esse tipo de procedimento tem de, necessariamente, atender os lugares ou imediações onde cada projeto indica.

Quero registrar também a ampliação das ZEIS. Estão sendo ampliadas em 20% não só nas áreas, mas também no segmento de zero a três salários mínimos. Os parâmetros de ZEIS estão sendo ampliados para até 50%. É um avanço importante em relação ao Plano Diretor vigente.

Desejo ainda registrar que o processo conduzido pelo Governo no sentido de elaborar esse projeto de lei foi pautado por um amplo processo participativo. Houve várias rodadas de discussões, que começaram com a avaliação do Plano Diretor existente e, depois, passaram pelas oficinas de propostas em cada uma das Subprefeituras. Essas propostas foram sistematizadas e, em seguida, houve as devolutivas. Colocamos no ar uma minuta participativa, quando também várias contribuições foram enviadas. Isso tudo resultou nessa minuta de projeto de lei.

Nesse sentido, há transparência também, quanto ao âmbito social: na página da Prefeitura da SMDU, no *link* gestãourbana.prefeitura.sp.gov.br vocês têm acesso, em formato aberto, a todos os mapas e todas as informações que compõem esse Plano Diretor. Podem acessar, baixar os mapas no detalhe e olhar como isso tudo impacta a vida de cada um. Inclusive está compatível com o *google maps* e o *google earth*, portanto, fácil de trabalhar. Podem ver onde estão as ZEIS, os corredores, as macroáreas.

Poderão ver com detalhes o impacto que o Plano Diretor tem sobre cada um e, repito, as informações estão abertas. É um convite para vocês continuarem a visitar esse conteúdo, analisar e trabalhar para o aprimoramento que, sem dúvida, acontecerá a partir desse amplo processo participativo que a Câmara Municipal está promovendo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Pessoal, vamos concluir agora. Mostrarei rapidamente para vocês uma questão - na minha opinião - fundamental.

Falamos muito sobre habitação, e o Presidente foi muito preciso em mencionar a importância de vocês estarem presentes.

Fizemos questão de fazer um pouco desse exercício que o Tomas nos trouxe. Mostrar exatamente onde está nossa região e o que ela tem.

Primeiro, a separação do que são as nossas macrozonas e quais os limites entre uma e outra, e ainda qual a diferença delas. O que estamos reconhecendo para preservação e onde a acomodação da população tem de ser estimulada.

Mais do que isso, temos de compreender a carta geotécnica, aquela por onde os técnicos investigarão o subsolo, a composição rochosa, a presença de maciço vegetais e as cabeceiras de drenagem, tudo que motiva a presença ou a desestimulam. E a técnica não deve nos agredir, deve compor com a sociedade uma forma de ocupação ordenada.

Também temos de fazer uma leitura das ZEIS que já estão e até discordo um pouco do Tomas. Muito dos 20% de ZEIS novas é ZEIS-1, portanto, é habitação de ocupação em área pública que não seleciona novas áreas, mas só reconhece as já existentes. Por isso, a contribuição do movimento que veio aqui dizer 'não' às ZEIS-1, mas das outras ZEIS. Isso é fundamental.

Afinal, o Poder Público reconhecer as ZEIS-1 não é difícil. Sabemos disso. Mas avançar das ZEIS-1 para dar função de propriedade para as áreas que não são públicas com população é bem diferente.

Por isso, essa disposição de vocês tem sido muito importante. E tudo que vocês veem de vermelho aqui é ZEIS-1 e, portanto, não inova nessa regra. Só reconhece. E temos de avançar. O índice de 20% de crescimento de ZEIS precisa ir além: de 25 a 30% de ZEIS. Onde? Nos corredores, onde está dado o benefício.

Fomos lá, reconhecemos que a cidade de São Paulo precisa ter avanços. E esses avanços estão onde? Dentro dos eixos. Então a questão fundamental dos eixos - que terão a premissa, sim, de coeficiente de aproveitamento maior - é que dentro deles temos de ter um

espaço deles determinado nos mapas de ZEIS. Talvez seja o trabalho mais importante do movimento social popular organizar que é interpretar os mapas, reconhecer as áreas dos eixos que são esses corredores e lá, sim, conseguir ir gravando áreas de Habitação de Interesse Social.

Essa talvez seja a tarefa mais importante para construirmos, de hoje até o final de dezembro, um projeto para que tenha votação num ambiente como tivemos aqui: o debate popular responsável, respeitando as premissas ambientais, mas sabendo as diferenças e desigualdades que já foram construídos em nossa cidade e que têm de ser enfrentadas.

Portanto, é dividir também o eixo norte da zona Sul que, sem dúvida alguma, já é rico e tem muito do seu desenvolvimento garantido já em Operações Urbanas. Mas muito diferente em outras regiões. E podemos até pegar a área ao sul da zona Sul que, aí sim, precisa ter uma aplicação e um critério muito grande, nosso - dos Vereadores, nós que estamos aqui e outros que vão se somar -, mas, especialmente, uma condução popular para que o voto reflita aquilo que a população nos traz.

Vocês nos deram hoje - como na última quinta-feira na Câmara - um banho de povo na Câmara para que o Legislativo não erre. Parabéns a vocês. (Palmas)

E não havendo mais nada a ser tratado, daremos por encerrados os nossos trabalhos, agradecendo ao Presidente que nos acompanhou do começo ao fim, ao Vereador Ricardo Nunes, os técnicos da Secretaria e, especialmente, a vocês que estiverem conosco. Muito obrigado.

Estão encerrados os trabalhos.